

*[Important note: The following convenience translation is based on a machine translation. It has been prepared for information purposes. The machine translation has not been reviewed by Allianz. We do not assume any liability, either expressly or tacitly, for the preciseness, completeness or correctness of the translation. In case of deviations between the original text and this translation, the original text will be binding.]*

**PLANO DE FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

entre

**AWP HELLAS ANONYMI ETAIREIA MESITES ASFALISEON, ODIKIS VOITHEIAS KAI  
PAROCHIS YPIRESION**

**(COM O TÍTULO DISTINTIVO: AWP BROKERS & SERVICES HELLAS S.A.)**

Entidade que

transfere e

**AP SOLUTIONS GMBH**

Entidade recetora

9 de abril de 2025

## Conteúdo

PREÂMBULO .....	3
1. ENTIDADES EM FUSÃO (§ 307 (2) n.º 1 UmwG e artigo 53γ item α) da grega lei sobre fusões .....	5
2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO.....	6
3. EFICÁCIA DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO .....	6
4. SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO (§ 307 (2) n.º 2, 3, 5, 13 UmwG e Artigo 53ιη par. 1, alínea a), da lei grega relativa às fusões).....	7
5. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO .....	7
6. DATA EFECTIVA DA CONCENTRAÇÃO; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS; RELAÇÃO DE CÂMBIO; (Secção 307 (2) n.º 6, 11, 12 UmwG e artigos 53ιη par. 1 alínea a) e 53γ da lei grega relativa às fusões Direito).....	8
7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (artigo 307.º, n.º 2, n.º 4, da UmwG e artigo 53.º, alínea), da lei grega sobre fusões Direito).....	9
8. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10 UmwG e artigos 53γ item) e 53ια da lei grega sobre fusões).....	13
9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (n.º 2 artigo 307.º) n.ºs 7 e 8 da UmwG e artigo 53.º, n.ºs ζ) e) da Lei grega das concentrações).....	13
10. ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA (§ 307 (2) n.º 9 UmwG e artigo 53γ item) da lei grega sobre fusões).....	13
11. GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDITORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e artigo 53γ item) da lei grega sobre fusões).....	14
12. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14

## PROJECTO COMUM DE FUSÃO

### TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE OS ABAIXO

#### ASSINADOS:

1. **AWP HELLAS ANONYMI ETAIREIA MESITES ASFALISEON, ODIKIS VOITHEIAS KAI PAROCHIS YPIRESION**, uma sociedade anónima (*Société Anonyme*) constituída ao abrigo da legislação grega, com a denominação social "AWP Brokers & Services Hellas S.A.", com o número de registo comercial geral grego (*Geniko Emboriko Mitroo*) ("**GEMI**") 124192201000 e com sede social em 10, Premetis street, Agios Dimitrios, Attica, Grécia, legalmente representada

a seguir designada por "**entidade cedente**",

#### E

2. **AP SOLUTIONS GMBH**, uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão, com sede social em Munique, Alemanha, e com sede social em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha, registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique sob o número HRB 177695, legalmente representada

a seguir designada por "**entidade recetora**".

A entidade cedente e a entidade beneficiária são a seguir designadas coletivamente "**Partes**" e cada uma separadamente por "**Parte**".

### PREÂMBULO

- (A) A entidade cedente é uma sociedade anónima a forma de sociedade de direito grego.
- (B) A entidade recetora é uma sociedade de responsabilidade limitada de direito alemão.
- (C) A Entidade Recetora é o único acionista da Entidade que transfere, detendo 100% das acções da Entidade que transfere.
- (D) O Conselho de Administração da entidade cedente, por força das suas resoluções de 4 de abril de 2025 e 7 de abril de 2025, e os diretores executivos da entidade beneficiária pretendem fundir a entidade cedente na entidade beneficiária através de uma fusão transfronteiriça por absorção (a "**fusão**").

- (E) A Fusão faz parte de uma operação global de reestruturação destinada a reagrupar as empresas de serviços europeias do grupo Allianz Partners ("**Grupo Allianz Partners**"), a que pertencem a Entidade cedente e a Entidade recetora, numa única entidade jurídica sediada na Alemanha que geriria as actividades de serviços locais através de sucursais estrangeiras, com o objetivo de simplificar a organização jurídica do Grupo Allianz Partners. Na sequência da fusão, a entidade cedente deixará de existir e a entidade beneficiária adquirirá todos e quaisquer activos e passivos da entidade cedente por meio de sucessão universal, sem a emissão de novas acções na entidade beneficiária, devido ao facto de a fusão constituir uma fusão a montante de uma filial totalmente detida.

A entidade beneficiária tem uma sucursal na Grécia. Em resultado da fusão, quando esta se tornar efectiva, os activos e passivos da entidade cedente serão absorvidos por sucessão universal pela entidade beneficiária e atribuídos a essa sucursal grega da entidade beneficiária.

A fim de realizar a reestruturação global com vista a uma entidade jurídica única, logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será fundida na Allianz Partners Deutschland GmbH, outra sociedade de responsabilidade limitada alemã do grupo Allianz Partners.

- (F) A Fusão é uma fusão transfronteiriça e está a ser realizada em conformidade com as disposições legais aplicáveis na Grécia em aplicação da Diretiva (UE) 2019/2121 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 no que respeita às conversões, fusões e cisões transfronteiriças, que foi transposta para o regime jurídico grego por força da Lei grega n.º 5055/2023. 5055/2023, e da República Federal da Alemanha, em aplicação da Diretiva 2019/2121 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, tal como consolidada na Diretiva 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, relativa a certos aspetos do direito das sociedades, bem como da Diretiva 2009/133/CE do Conselho, de 19 de outubro de 2009, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, cisões parciais, entradas de ativos e permutas de acções entre sociedades de Estados-Membros diferentes e à transferência da sede de uma SE ou SCE de um Estado-Membro para outro. Na Grécia, a Fusão é implementada em conformidade com a Lei grega n.º 4601/2019 relativa às transformações empresariais, com a redação que foi dada pela Lei grega n.º 5055/2023 ("**Lei grega das fusões**"), bem como com a Lei grega n.º 5162/2024 e, mais especificamente, com os artigos 47 - 51, 53 par. 1b, 56, 58 e 59 (a "**Lei 5162/2024**"), conforme em vigor. Mais especificamente, tendo em conta que a Entidade cedente é uma filial a 100% da Entidade beneficiária, são aplicáveis as disposições do artigo 53 inq da Lei grega das fusões relativas às formalidades simplificadas das fusões. Em conformidade com as referidas disposições do artigo 53º inq da Lei grega das concentrações, as disposições do artigo 53γ par. 1, ponto β) relativo às informações sobre a relação de troca de acções, ponto γ) relativo às informações sobre as condições de atribuição de títulos ou acções representativos do capital da sociedade resultante da fusão transfronteiriça

fusão e a data a partir da qual a detenção desses títulos ou acções representativos do capital social confere aos seus titulares o direito de participar nos lucros, e o ponto) relativo à informação sobre quaisquer condições especiais que afectem o referido direito, bem como as disposições dos artigos 53.º, n.º 2, alínea β), relativas à elaboração do relatório do Conselho de Administração para os acionistas e os trabalhadores, e 53.º, n.º 2, alínea β), relativas à elaboração do relatório de auditoria dos peritos independentes, e do artigo 18.º 2, alínea β), relativo aos acionistas da entidade cedente que se tornam acionistas da entidade beneficiária, não são aplicáveis à entidade cedente. Por último, o artigo 35.º 2 da Lei grega relativa às fusões nacionais, que estipula que não é necessária uma resolução dos acionistas das entidades objeto de fusão para a aprovação da fusão, desde que o projeto de plano de fusão tenha sido publicado em conformidade com as disposições aplicáveis e que os acionistas da entidade beneficiária tenham o direito de tomar conhecimento da documentação prevista na Lei grega relativa às fusões na sede social da entidade contribuidora, aplica-se *mutatis mutandis*. Na República Federal da Alemanha, a fusão é realizada em conformidade com as disposições da Parte I do Livro VI (artigos 305.º a 318.º) da lei alemã relativa à transformação ("**UmwG**").

A entidade contribuidora e a entidade beneficiária acordam no seguinte projeto comum de fusão transfronteiriça (o "**projeto de fusão**").

#### É DE O SEGUINTE:

#### 1. ENTIDADES EM FUSÃO (artigo 307.º, n.º 2, n.º 1, da UmwG e artigo 53.º, alínea), da lei grega relativa às fusões

##### 1.1. Entidade que transfere

A entidade que transfere, AWP HELLAS ANONYMI ETAIREIA MESITES ASFALISEON, ODIKIS A VOITHEIAS KAI PAROCHIS YPIRESION, com o título distintivo "AWP Brokers & Services Hellas S.A.", é uma sociedade *anónima* (*Société Anonyme / ανώνυμη εταιρεία*) constituída ao abrigo das leis da Grécia, registada no GEMI com o número 124192201000 e com sede social em 10, Premetis street, Agios Dimitrios, Attica, Grécia.

O capital social emitido da entidade beneficiária é de 2.060.001,00 euros, dividido em 686.667 acções ordinárias com um valor nominal de 3,00 euros cada. Todas as acções da Entidade cedente estão totalmente realizadas e são detidas diretamente pela Entidade recetora, que é o único acionista da Entidade cedente. A Entidade Cedente não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além das acções da Entidade Cedente.

##### 1.2. Entidade recetora

A entidade recetora, AP Solutions GmbH, é uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão com sede social em Munique,

Alemanha. O seu endereço comercial é Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha. A Entidade Recetora está registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique com o número HRB 177695.

A Entidade Recetora tem um capital social de 824.739,00 euros, representado por 824.739 acções com um valor nominal de 1,00 euros cada. Todas as acções da Entidade Recetora são detidas diretamente pela Allianz Partners SAS, que é o único acionista da Entidade Recetora. A Entidade Recetora não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além das acções da Entidade Recetora.

## 2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO

A entidade contribuidora, enquanto entidade contribuidora, é fundida na entidade beneficiária, enquanto entidade beneficiária, através de uma fusão transfronteiriça por absorção, nos termos do § 305 (1) UmwG em conjugação com o § 2 n.º 1 UmwG e do artigo 53α par. 1 em conjugação com o artigo 6 par. 1 da lei grega relativa às fusões. Com esta fusão, a entidade cedente transfere todo e qualquer ativo e passivo, com todos os direitos e obrigações, para a entidade beneficiária por dissolução sem liquidação. Quando a fusão entrar em vigor, todos os activos e passivos (todos os activos e passivos) da entidade cedente são transferidos para a entidade beneficiária por meio de sucessão universal.

## 3. EFICÁCIA DA FUSÃO

- 3.1 A fusão torna-se efectiva nos termos do artigo 305.º, n.º 1, em conjugação com o artigo 20.º, n.º 1, n.º 1, da UmwG, após a inscrição no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade recetora (a "**data de conclusão**"). Após o registo da fusão no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade recetora, a entidade cedente deixará de existir, os seus activos e passivos serão transferidos para a entidade recetora como um todo sem liquidação e as suas acções serão canceladas. Em conformidade com o artigo 53ιστ par. 6 da Lei grega das concentrações, a GEMI cancelará o registo da entidade cedente a partir da receção, pelo registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade beneficiária, da notificação da conclusão da fusão.
- 3.2 Na data de conclusão, a propriedade e a posse de todos os instrumentos de propriedade, acordos, certificados e outros documentos, registos, livros ou fichas relativos aos bens e direitos da entidade cedente serão transferidos para a entidade beneficiária por sucessão universal.

**4. SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO (§ 307 (2) n.º 2, 3, 5, 13 UmwG e artigo 53iη par. 1 item a) da lei grega sobre fusões)**

- 4.1 A entidade cedente é uma filial direta a 100% da entidade beneficiária. Por conseguinte, não é necessário um aumento do capital social da entidade beneficiária através da emissão de novas acções para a realização da fusão e não terá lugar (§ 307 (3) n.º 1 UmwG e artigo 53iη par. 1 em conjugação com o artigo 53β par. δβ) da lei grega relativa às fusões).
- 4.2 Uma vez que todas as acções da entidade cedente são detidas pela entidade beneficiária, em conformidade com o § 307 (3) n.º 1 da UmwG e o artigo 53iη par. 1 alínea a) da Lei grega das concentrações, o presente plano de fusão não inclui quaisquer informações sobre uma relação de troca de acções (§ 307 (2) n.º 2 UmwG e artigo 53γ par. 1 item β) da Lei grega das fusões), uma transferência ou atribuição de novas acções na entidade beneficiária (§ 307 (2) n.º 3 UmwG e artigo 53γ par. 1 item) Lei grega das fusões), participação nos lucros de novas acções (§ 307 (2) n.º 5 UmwG e artigo 53γ par. 1, ponto ε) da lei grega relativa às fusões ) ou uma compensação em dinheiro (§ 307 (2) n.º 13 UmwG e artigo 53iη par. 1 da lei grega relativa às fusões).
- 4.3 Uma vez que todas as acções da entidade cedente são detidas pela entidade beneficiária, não é exigida uma auditoria da fusão nem um relatório de auditoria da fusão nos termos do artigo 8.º, n.º 3, frase 3, n.º 1, alínea a), e n.º 2 da Lei das concentrações grega, em conjugação com os artigos 9.º, n.º 2, e 12.º, n.º 3, da Lei das concentrações grega, em conjugação com o artigo 311.º n.º 2, frase 1, da Lei das concentrações grega. 1, alínea a), da Lei grega relativa às fusões.
- 4.4 Uma vez que a auditoria da fusão e o relatório de auditoria da fusão não são explicitamente exigidos por força da lei, em conformidade com o artigo 53iη par. 1, alínea a), da Lei grega das concentrações, no caso de uma fusão a montante por absorção de uma filial a 100%, não é necessária qualquer renúncia ou consentimento por parte do acionista único da entidade contribuidora.

**5. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO**

- 5.1 Uma vez que todas as acções da entidade cedente são detidas pela entidade beneficiária, não é necessário um relatório de fusão para os acionistas, nos termos do § 8, n.º 3, frase 3, n.º 1, alínea a), e n.º 2 da UmwG, em conjugação com o § 309, n.º 6, frase 1, da UmwG, e nos termos do artigo 53ε, par. 1, 2 e 3 da lei grega sobre as fusões, em conjugação com o artigo 53iη par. 1, alínea a), da Lei grega relativa às fusões.
- 5.2 Uma vez que todas as acções da entidade cedente são detidas pela entidade beneficiária, não é exigido pela legislação grega um relatório de fusão para os trabalhadores da entidade cedente, em conformidade com o artigo 53. 1, 2 e 5 da Lei grega das concentrações, em conjugação com o artigo 53iη par. 1, alínea a), da



Lei grega sobre fusões. O relatório de fusão para os trabalhadores da entidade beneficiária é exigido pela lei alemã e foi elaborado em conformidade com o § 309 (1), (2), (3) e (5) da UmwG. O relatório de fusão para os trabalhadores da entidade beneficiária foi disponibilizado aos trabalhadores da entidade contribuidora e às representações dos trabalhadores e aos trabalhadores não representados por uma representação dos trabalhadores da entidade beneficiária, juntamente com um projeto projeto de fusão, em conformidade com o § 310 (1) da UmwG.

- 5.3 Uma vez que um relatório de fusão para os acionistas e um relatório de fusão para os trabalhadores não são explicitamente exigidos por força da lei, em conformidade com o artigo 53ε par. 1, 2, 3 e 5 da Lei grega relativa às fusões, em conjugação com o artigo 53ιη par. 1, alínea a), da Lei grega das concentrações, no caso de uma fusão a montante por absorção de uma filial a 100%, não é necessária qualquer renúncia ou consentimento relevante por parte do único acionista da entidade cedente.

**6. DATA EFECTIVA DA CONCENTRAÇÃO; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS; RELAÇÃO DE CÂMBIO; (Secção 307 (2) no 6, 11, 12 UmwG e artigos 53ιη par. 1, alínea a), e 53γ da lei grega relativa às fusões)**

- 6.1. A aquisição dos activos e passivos da entidade cedente pela entidade beneficiária terá lugar, para efeitos contabilísticos e fiscais, com efeitos a partir da data de conclusão. Todas as acções e operações da entidade cedente serão consideradas como tendo sido realizadas por conta da entidade beneficiária a partir da data de conclusão (data efectiva da fusão na aceção do § 307 (2) n.º 6 UmwG e do artigo 53γ par. 1 item στ) da Lei grega das Fusões).
- 6.2. A data das contas financeiras da entidade beneficiária e da entidade cedente, que foi utilizada para determinar as condições da fusão, é <sup>31</sup> de dezembro de 2024 (Secção 307 (2) n.º 12 UmwG e Artigo 53γ par. 1 item ιβ) da Lei grega das Fusões).
- 6.3. Para efeitos da fusão, os activos e passivos da entidade cedente foram avaliados pelo valor contabilístico (§ 307 (2) n.º 11 UmwG e artigo 53γ par. 1 item) da Lei grega das concentrações). Todas as acções da entidade cedente são detidas pela entidade beneficiária e, tendo em conta que a fusão constitui uma fusão a montante de uma filial detida a 100 %, não serão emitidas novas acções no âmbito da fusão, não é necessário determinar o rácio de troca e não são necessárias informações sobre a data a partir da qual a detenção dessas acções ou títulos representativos do capital social da entidade cedente conferirá aos seus titulares o direito de participar nos lucros e quaisquer condições especiais que afectem esse direito, nos termos do artigo 307.º, n.º 2, n.ºs 2, 3 e 5, n.º 3, n.º 1, da Lei grega das concentrações e do artigo 53. 1, alínea a), da lei grega relativa às fusões.

## 7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (§ 307 (2) n.º 4 UmwG e artigo 53º item) da lei grega sobre fusões)

Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será objeto de fusão na Allianz Partners Deutschland GmbH (a "**fusão subsequente**"). A intenção do grupo Allianz Partners é que a fusão e a fusão subsequente sejam concluídas na mesma data. Por conseguinte, por uma questão de transparência, as explicações que se seguem descrevem os efeitos esperados da fusão e da fusão subsequente. Deve notar-se, contudo, que a fusão subsequente é legalmente uma fusão distinta regida pelo direito alemão.

### 7.1. Efeitos sobre os trabalhadores da entidade que transfere

A Entidade que transfere tinha 297 trabalhadores empregados na Grécia em 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores não se altere significativamente até à Data de Conclusão. Não existe qualquer comissão de trabalhadores ou sindicato na Entidade incorporante para os trabalhadores atualmente empregados na Entidade incorporante.

Em conformidade com a lei grega relativa às fusões, em conjugação com o Decreto Presidencial grego n.º 178/2002 ("Medidas relativas à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas, estabelecimentos ou partes de empresas ou estabelecimentos, em conformidade com a Diretiva 98/50/CE do Conselho"), na redação em vigor. 178/2002 ("Medidas relativas à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas, estabelecimentos ou partes de empresas ou estabelecimentos, em conformidade com a Diretiva 98/50/CE do Conselho"), na sua versão em vigor, a fusão da entidade contribuidora resultará transferência, de pleno direito, de todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de trabalho dos trabalhadores da entidade contribuidora para a entidade beneficiária. Na data de conclusão, todas as relações laborais entidade cedente, com todos os direitos e obrigações, são, por conseguinte, automaticamente transferidas para a entidade beneficiária. As disposições contratuais individuais, bem como os acordos colectivos de trabalho aplicáveis e outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se aos trabalhadores transferidos após a fusão. Não estão previstas medidas de redução de pessoal, medidas que afectem o estatuto dos trabalhadores, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão. A entidade beneficiária é responsável, sem limitações, por todas as obrigações, incluindo os pagamentos em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento da transferência da atividade (ou seja, a data de conclusão), nos termos dos artigos 305.º, n.º 2, frase 1, 20.º n.º 1, n.º 1, da UmwG e do artigo 4.º 1 do Decreto Presidencial grego 178/2002. A entidade transferidora deixa de ser responsável, uma vez que deixa de existir, Secções 305 (2) frase 1, 20 (1) no 2 UmwG e Artigo 53º par. 1 item c) da Lei grega das fusões. A entidade beneficiária prosseguirá a atividade da entidade cedente com os trabalhadores da entidade cedente através da sua sucursal grega.

Uma vez que os trabalhadores da entidade contribuidora se tornam trabalhadores da entidade beneficiária na data de conclusão, as consequências da fusão subsequente para os trabalhadores da entidade beneficiária (tal como descrito na secção 7.2 abaixo) também se aplicam aos trabalhadores da entidade contribuidora quando a fusão subsequente se tornar efectiva.

As actividades comerciais da entidade cedente não serão alteradas devido à fusão, mas, a partir da data de conclusão, serão absorvidas e totalmente realizadas pela entidade beneficiária em resultado da fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade cedente será alterada ou restringida em termos organizacionais no decurso da fusão. A Fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e as suas relações laborais (exceto no que se refere à mudança de empregador). O local de trabalho dos trabalhadores da entidade contribuidora permanecerá o mesmo e estes continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes da fusão. O mesmo se aplicará à fusão subsequente, uma vez que também não terá qualquer alteração substantiva sobre os trabalhadores da entidade contribuidora que, devido à fusão, serão trabalhadores da entidade beneficiária aquando da conclusão da fusão subsequente. Após a entrada em vigor da fusão subsequente, a Allianz Partners Deutschland GmbH, através da sua sucursal grega, continuará a atividade da entidade beneficiária, que incluirá a antiga atividade da entidade cedente, com os trabalhadores afectos a esta atividade.

## 7.2. Efeitos sobre os empregados da Entidade Recetora

A entidade beneficiária empregava um número total de 3.413 trabalhadores, dos quais 327 na Alemanha, em 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores na Alemanha não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva. Não existe uma comissão de trabalhadores local na entidade recetora para os trabalhadores atualmente empregados na entidade recetora na Alemanha. Existem comissões de trabalhadores locais e outros representantes dos trabalhadores a nível das sucursais da entidade recetora em França, Itália, Espanha e Portugal, que não serão afectados pela fusão. Estes representantes locais dos trabalhadores continuarão a existir na Allianz Partners Deutschland GmbH após a fusão subsequente. O conselho de empresa do grupo (*Konzernbetriebsrat*) existente na Allianz SE continuará a ser competente nos termos das disposições da lei alemã relativa à constituição de empresas ("**BetrVG**"). Quaisquer acordos de trabalho a nível do grupo em vigor na entidade beneficiária continuam a ser aplicáveis após a fusão e a fusão subsequente. A entidade contribuidora e a entidade beneficiária não são membros de nenhuma associação de empregadores na Alemanha. As convenções colectivas de trabalho alemãs (*Tarifverträge*) não se aplicam diretamente antes da realização da fusão e tal não se alterará devido à fusão e à fusão subsequente.

A fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e o seu emprego relações. Além disso, a fusão subsequente não terá qualquer efeito direto (exceto no que se refere à mudança de entidade patronal) para os trabalhadores da entidade beneficiária (ou de qualquer das suas sucursais).

As actividades comerciais da entidade recetora não serão alteradas devido à fusão, mas, a partir da data de conclusão, absorverão e assumirão plenamente as da entidade cedente em resultado da fusão. Nenhuma atividade ou parte de atividade da entidade beneficiária será

não serão alteradas ou restringidas em termos organizacionais em resultado da fusão. Além disso, a fusão subsequente não terá qualquer alteração substantiva sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e estes continuarão a exercer a sua atividade da mesma forma que antes da fusão e da fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectados a esta atividade nas respectivas sucursais.

As relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária não serão alteradas pela fusão; em especial, a situação jurídica dos trabalhadores da entidade beneficiária em matéria de cessação do contrato de trabalho não será afetada pela fusão. Na medida em que existam acordos de trabalho, acordos contratuais individuais e outros acordos de empresa, compromissos e acordos, estes não serão afectados pela fusão e não se aplicarão quaisquer alterações aos trabalhadores da entidade beneficiária. Não estão previstas quaisquer medidas relacionadas com a fusão que possam ter um impacto nos trabalhadores da entidade beneficiária.

De acordo com as respectivas leis locais, a fusão subsequente resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes das relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária (incluindo os relativos às suas sucursais) para a Allianz Partners Deutschland GmbH e na sua atribuição à respectiva sucursal. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, todas as relações laborais da entidade beneficiária (incluindo as relativas às suas sucursais), com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a Allianz Partners Deutschland GmbH e atribuídas à respectiva sucursal. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se sem alterações aos trabalhadores transferidos, mesmo após a fusão subsequente. Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão subsequente. Após a fusão subsequente, quaisquer acordos de empresa da Allianz Partners Deutschland GmbH celebrados com o conselho geral de empresa (*Gesamtbetriebsrat*) da Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito das suas responsabilidades nos termos do § 50 (1) da BetrVG aplicam-se aos trabalhadores da entidade beneficiária empregados na Alemanha. Tal não se aplica se acordo de empresa se limitar a determinadas operações comerciais da Allianz Partners Deutschland GmbH ou se forem aplicáveis disposições colectivas ou individuais superiores. Quaisquer acordos de trabalho locais aplicáveis à Allianz Partners Deutschland GmbH na Alemanha não serão aplicáveis às relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os salários em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento em que a fusão subsequente se tornar efectiva. A partir desse momento, a entidade beneficiária deixará de ser responsável, uma vez que deixará de existir. Após a conclusão da fusão subsequente, a Allianz Partners Deutschland GmbH continuará a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectados a esta atividade nas respectivas sucursais. Nem a Entidade cedente nem a Entidade recetora têm um conselho de supervisão de acordo com a legislação aplicável. Allianz Partners Deutschland

A GmbH está a criar um conselho de fiscalização, que será composto por um terço de representantes dos trabalhadores.

A fusão também não tem efeitos sobre os trabalhadores de outras entidades que serão transferidas para a entidade beneficiária no âmbito de fusões transfronteiriças de outras jurisdições que serão realizadas em paralelo e podem tornar-se efectivas antes ou depois da fusão; o mesmo se aplica aos trabalhadores da única outra filial da entidade beneficiária (Neoasistencia Manoterias S.L.U.), que também será fundida na entidade beneficiária paralelamente à presente fusão, bem às filiais de uma das entidades cedentes no âmbito de uma outra fusão transfronteiriças (Sigma Reparaciones, S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão na sua empresa-mãe antes da data de conclusão)). Por último, não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reestruturações no âmbito da fusão. No entanto, como outras fusões transfronteiriças podem tornar-se efectivas antes da fusão, estas podem ter um impacto no número de trabalhadores da entidade beneficiária empregados fora da Alemanha na altura em que a fusão se tornar efectiva. Os efeitos da fusão subsequente acima descritos também se aplicam aos trabalhadores que se tornam trabalhadores da entidade beneficiária no âmbito de outras fusões transfronteiriças.

### 7.3. Efeitos sobre as pensões da empresa e os direitos à pensão da empresa (§ 307 (2) nº 16 UmwG)

As pensões da empresa e os direitos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária não serão afectados pela fusão e os trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade contribuidora não serão elegíveis para essas pensões da empresa da entidade beneficiária.

Todas as obrigações relativas às pensões da empresa e os direitos conexos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade cedente serão transferidos para entidade beneficiária.

Todas as obrigações relativas a pensões da empresa e direitos conexos a pensões da empresa e benefícios conexos dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária serão subsequentemente transferidos para a Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito da fusão subsequente.

**8. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10**

**UmwG e artigos 53y item) e 53ia da lei grega sobre fusões )**

8.1. Uma vez que a entidade beneficiária foi constituída ao abrigo do direito alemão, aplicar-se-iam as regras legais alemãs relativas à (futura) co-determinação. No entanto, a fusão não exige um procedimento de negociação sobre uma (futura) co-determinação dos trabalhadores na entidade beneficiária.

8.2. Nem a Entidade que transfere nem a Entidade recetora têm um conselho de supervisão co-determinado ou estão sujeitas a quaisquer regras de co-determinação aplicáveis. A Entidade Recetora empregava 327 trabalhadores na Alemanha em 28 de fevereiro de 2025 e espera-se que continue a ter aproximadamente 327 trabalhadores na Alemanha após a conclusão das transacções, uma vez que todos os outros trabalhadores, bem como os trabalhadores transferidos ao abrigo de fusões transfronteiriças implementadas em paralelo na Entidade Recetora, serão empregados em sucursais fora da Alemanha; o mesmo se aplica aos trabalhadores da única outra filial da Entidade Recetora (Neoassistencia Manoterias, S.O mesmo se aplica aos trabalhadores da única outra filial da entidade beneficiária (Neoassistencia Manoterias, S. L.U.), que também será fundida na entidade beneficiária paralelamente a esta fusão, bem como aos trabalhadores das únicas filiais de uma das entidades cedentes (Sigma Reparaciones, S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão na sua empresa-mãe antes da data de conclusão)). Por conseguinte, os pré-requisitos da Secção 5 Lei alemã sobre a co-determinação dos trabalhadores em fusões transfronteiriças ("**MgVG**") não estão preenchidos. Além disso, não existem atualmente regras em vigor na Grécia relativas à participação/co-determinação dos trabalhadores. Consequentemente, não é necessária qualquer declaração sobre os procedimentos de negociação nos termos do § 307 (2) n.º 10 da UmwG.

**9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (Secção 307 (2) no 7**

**e 8.º da UmwG e do artigo 53.º, n.ºs ζ) e), da lei grega relativa às concentrações)**

9.1. A entidade beneficiária não concede nem aos acionistas das sociedades envolvidas na fusão nem aos titulares de valores mobiliários que não sejam acções da sociedade quaisquer direitos na aceção do artigo 307.º, n.º 2, n.º 7, da UmwG ou do artigo 53.º, n.º 3, alínea ζ), da lei grega relativa às fusões e não são propostas quaisquer medidas na aceção destas disposições.

9.2. Não foram nem serão concedidos quaisquer benefícios especiais, na aceção do § 307 (2) n.º 8 da UmwG ou do artigo 53y item η) da lei grega das fusões, a quaisquer membros dos órgãos de administração, gestão, supervisão ou controlo da entidade cedente ou da entidade beneficiária.

**10. ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA**

**(§ 307 (2) n.º 9 UmwG e artigo 53y item) da lei grega sobre fusões)**

A escritura de fundação e os estatutos da entidade beneficiária são anexados ao presente projeto de fusão como **Anexo 10**, nos termos do § 307 (2) n.º 9 da UmwG e do artigo 53y alínea) da

em consequência da fusão e continuará a ser a mesma que consta do anexo 10 após a conclusão da fusão. Os estatutos da entidade beneficiária não serão alterados em consequência da fusão e continuarão a ser os mesmos que constam **do anexo 10** após a conclusão da fusão.

**11. GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e artigo 53º item 1º) da lei grega sobre fusões)**

Não foram oferecidas quaisquer salvaguardas aos credores no âmbito fusão, uma vez que, na opinião do Conselho de Administração da entidade beneficiária e dos diretores executivos da entidade beneficiária, os requisitos para solicitar salvaguardas não se aplicam a quaisquer credores da entidade beneficiária, tendo em conta a sólida situação financeira, a solvência e a liquidez da entidade beneficiária. Os eventuais direitos estatutários dos credores da entidade beneficiária a solicitar salvaguardas não são afectados.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. O presente projeto de fusão é celebrado por e entre a entidade contribuidora e a entidade beneficiária, tanto em língua alemã como em língua grega.
- 12.2. Se qualquer disposição do presente projeto de concentração for ou se tornar inválida, impraticável ou inaplicável, tal não afectará a validade das restantes disposições. Pelo contrário, as partes comprometem-se a substituir a disposição inválida, impraticável ou inaplicável por uma disposição que se aproxime o mais possível, do ponto de vista jurídico, da intenção económica das partes em termos do significado e do objetivo da disposição inválida, impraticável ou inaplicável. O mesmo se aplica a eventuais lacunas.
- 12.3. As alterações ou aditamentos a este projeto de fusão carecem de reconhecimento notarial (§ 307 (4) UmwG).
- 12.4. O local exclusivo de cumprimento e jurisdição para todas as reivindicações decorrentes ou relacionadas com este projeto de fusão é - na medida em que tal seja legalmente permitido - Munique, Alemanha. Cada uma das empresas envolvidas na fusão cumprirá igualmente as disposições e formalidades da legislação nacional que lhe é aplicável.

*[Páginas de assinatura]*



**ANEXO 10**  
**ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA**

Registo de documentos n. [Carimbo: 0264] G/2009

---

**Estabelecimento de um  
sociedade de responsabilidade limitada de alemão  
(*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*)**

Neste dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e nove

- 23 de janeiro de 2009 -

compareceu perante mim **o Dr. Thomas Kilian**, candidato a notário, oficialmente nomeado  
adjunto do notário

Dr. Tilmann Götte, em Munique,

com escritório em 80333 Munique, Briennerstraße 12/III, na propriedade situada na Königinstraße  
28, em 80802 Munique, onde me desloquei a pedido:

1. Katrin Winterhalder, nascida em 19 de abril de 1970,  
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,
2. Werner Hierl, nascido em 14 de maio de 1959,  
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,

ambos conhecidos pessoalmente, [*aditamento manuscrito*: O Sr. Hierl identificou-se  
adicionalmente o seu bilhete de identidade nacional,]

a seguir, agindo em nome da Allianz

Deutschland AG  
com sede em Munique, Tribunal Local (*Amtsgericht*) de Munique, registo  
tribunal, HRB 158878,

e endereço em 80802 Munique, Königinstraße 28,

como seus titulares de uma procuração geral (*Prokuristen*) com poderes de representação  
conjunta.

A pedido das pessoas presentes e em conformidade com as declarações por elas prestadas, reconheço notarialmente o seguinte:

### **I. Conclusão do acordo**

A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, estabelece um

sociedade de responsabilidade limitada de direito alemão (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung* ou "GmbH")

e estabelece os estatutos da sociedade que figuram em anexo à presente escritura. A partir de hoje, considera-se que a sociedade está em fase de constituição.

### **II. Capital social**

O capital social da empresa é de 25.000,00 euros.

É subscrito no montante de 25.000,00 euros pela Allianz Deutschland AG, Munique, e deve ser imediatamente pago em dinheiro e na íntegra junto da empresa.

### **III. Diretores executivos**

As pessoas a seguir indicadas são nomeadas diretores executivos (*Geschäftsführer*):

1. Dr. Stefan Lütticke, Grasbrunn, nascido em 28 de dezembro de 1968,
2. Dr. Peter Damm, Dachau, nascido em 7 de junho de 1961;

estão autorizados pelos estatutos a representar a sociedade e estão isentos das restrições previstas no artigo 181º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*), em conformidade com o artigo 7º dos estatutos.

#### **IV. Cópias**

As cópias autenticadas da presente escritura serão enviadas para:  
o acionista, a  
empresa,  
a administração fiscal, o serviço de retenção na fonte sobre os  
rendimentos de investimentos o tribunal de registo.

#### **V. Conselhos do notário**

O notário-adjunto informou as partes envolvidas, em particular, sobre o momento e os requisitos para a constituição da GmbH e sobre a sua responsabilidade pessoal por quaisquer actos praticados antes dessa data.

#### **VI. Instalações comerciais**

As instalações da empresa estão situadas na Königinstraße 28, em 80802 Munique.

, incluindo o anexo, pelo notário-adjunto, aprovado pelas  
partes envolvidas  
e assinados de próprio punho:

[em caligrafia: p.p. *[ilegível]*]

p.p. *[ilegível]*]

[Carimbo redondo: DR TILMAN GÖTTE  
NOTÁRIO EM MUNIQUE]

[assinatura *ilegível*]  
[em letra de forma: Adjunto do Notário].

# Estatutos da sociedade

## § 1

### Denominação social e sede social

1. A razão social da empresa é:

AZ-Argos 52 Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH.

2. A empresa tem a sua sede social em Munique.

## § 2

### Objeto social

1. O objeto social da sociedade é a gestão de bens próprios e de terceiros.
2. A empresa pode investir em empresas na Alemanha e no estrangeiro, também como sócio geral, e gerir as suas actividades.

## § 3

### Capital social

1. O capital social da empresa é

de 25.000,00 euros

- por extenso: vinte e cinco mil euros -.

O capital social deve ser imediatamente realizado na íntegra em numerário.

2. A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, compromete-se a efetuar a única entrada (inicial) no capital social da empresa no montante de 25.000,00 euros.

#### § 4

##### Exercício financeiro

O exercício financeiro é o ano civil.

#### § 5

##### Publicações

Todas as publicações da empresa serão feitas no Diário da República eletrónico (*elektronischer Bundesanzeiger*).

#### § 6

##### Resgate de acções

1. As acções podem ser resgatadas com o consentimento do acionista em causa através de uma resolução dos acionistas adoptada por maioria simples dos votos expressos.
2. A assembleia de acionistas pode deliberar que, em vez da amortização, a acção seja adquirida pela sociedade ou pelos restantes acionistas, na proporção das respectivas participações.

#### § 7

##### Gestão e representação

1. A empresa tem dois ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). A empresa é representada por dois diretores-gerais ou por um diretor-gerente que actua em conjunto com um titular de uma procuração geral (*Prokurist*).
2. Os diretores executivos estão isentos das restrições previstas no artigo 181.º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*).
3. A direcção é responsável pela nomeação dos titulares de uma procuração geral.

#### § 8

##### Demonstrações financeiras anuais, distribuição de lucros

1. As demonstrações financeiras anuais serão adoptadas e a resolução sobre a afetação dos lucros será aprovada dentro dos prazos previstos na lei.

2. Os acionistas podem decidir, em qualquer altura antes da adoção das demonstrações financeiras anuais após uma análise conscienciosa, por maioria simples, efetuar distribuições antecipadas do lucro anual previsto ou de partes do mesmo. Deve ser respeitado o artigo 30.º da lei alemã sobre as sociedades de responsabilidade limitada (*GmbH-Gesetz*).

## § 9

### Aprovação de deliberações dos acionistas e assembleia de acionistas

1. Na medida em que tal seja legalmente permitido, os acionistas aprovarão resoluções sem necessidade de realizar uma assembleia de acionistas. Os votos podem ser expressos sem quaisquer requisitos quanto à forma, mas devem ser expressos por escrito.

A direção pode exigir que os acionistas lhe apresentem as suas declarações de voto no prazo de uma semana após terem recebido o pedido de voto. Nesse caso, a não apresentação atempada das declarações de voto será considerada como uma não participação na votação.

2. As assembleias gerais de acionistas são convocadas pelos administradores se a lei ou os estatutos o exigirem ou se, por qualquer outro motivo, a convocação se revelar necessária no interesse da sociedade. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As assembleias podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone. Na medida do permitido por lei, as assembleias de acionistas podem realizar-se em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro, por decisão da administração.
3. Cada 50,00 euros do montante principal de uma ação confere um voto.

## § 10

### Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, serão suportadas pela sociedade.

[em caligrafia: p.p. *[illegível]*]

p.p. *[illegível]*]

Certifico que os dados de imagem (cópia) contidos neste ficheiro correspondem à cópia impressa que me foi apresentada (original).

Munique, 5 de fevereiro de 2009

Dr. Tilman Götte  
Notário



**Registo de documentos n.º** [carimbo: H 3764 / 24]

**Certificado nos termos do § 54, n.º 1, frase 2, da lei alemã sobre as sociedades de  
responsabilidade limitada (GmbH-Gesetz)**

Eu, Sebastian Herrler, notário público em Munique, certifico que as disposições alteradas dos estatutos abaixo indicados correspondem à deliberação de alteração dos estatutos, escritura deste cartório com data de 23 de julho de 2024, registo de documentos n.º H 3676/24, e que as disposições não alteradas correspondem ao último texto completo dos estatutos que foi apresentado ao Registo Comercial.

Munique, 25 de julho de 2024

[Carimbo redondo:  
SEBASTIAN HERRLER  
NOTÁRIO EM  
MUNIQUE]

[assinatura ilegível]  
Sebastian Herrler  
Notário Público

## **Estatutos da sociedade**

### **§ 1 Denominação social, sede social**

(1) A razão social da empresa é:

AP Solutions GmbH

(2) A empresa tem a sua sede social em Munique.

### **§ 2 Objeto social da sociedade**

O objeto social da empresa consiste em atuar simultaneamente como holding e como empresa de serviços.

(1) Função de holding e função de serviços partilhados:

a) a aquisição de participações de qualquer tipo e forma em consórcios, empresas ou sociedades, independentemente da sua forma jurídica e do seu objeto social, nomeadamente nos domínios das apólices ou serviços de seguros de assistência, de viagem e de saúde, bem como a gestão e a venda dessas participações;

b) prestação de vários serviços de consultoria, supervisão e outros serviços às empresas do Allianz Partners Group, incluindo a prestação de serviços de outsourcing importantes ou críticos.

(2) Funcionar como uma empresa de serviços para as empresas internas da Allianz, empresas terceiras e consumidores:

a) organização e execução de serviços de assistência de todos os tipos em todo o mundo, nomeadamente assistência em caso de doença, avarias ou outras emergências, bem como a prestação de outros serviços e transacções conexos;

b) a corretagem, o controlo e a adjudicação de serviços de artesãos e serviços similares no domínio da reparação, manutenção, modernização e renovação de , bem como a prestação desses serviços por terceiros;

c) corretagem de seguros e outros contratos relativos a activos, serviços e transacções, nomeadamente através de plataformas.

(3) Para atingir o seu objetivo, a empresa está autorizada a

a) realizar, em geral, todas as operações de natureza operacional, comercial, financeira, direito imobiliário ou de qualquer outra natureza que estejam direta ou indiretamente relacionadas com os objectivos sociais acima referidos ou que contribuam para a sua realização e desenvolvimento;

b) utilizar todos os instrumentos de venda e de comercialização adequados e legalmente admissíveis;

c) estabelecer sucursais na Alemanha e no estrangeiro, adquirir empresas semelhantes e comparáveis e adquirir participações em tais empresas sob qualquer forma permitida por lei.

### **§ 3 Capital social, acções**

(1) O capital social da sociedade é de 824.739,00 euros (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove euros).

(2) O capital social está dividido em 824.739 acções, cada uma com um valor nominal de 1,00 EUR.

### **§ 4 Duração da sociedade, exercício financeiro**

(1) A empresa foi criada por um período indeterminado.

(2) O exercício financeiro é o ano civil.

### **§ 5 Órgãos sociais da empresa**

Os órgãos sociais da empresa são: o conselho de administração (§ 6) e a assembleia de acionistas (§ 7).

### **§ 6 Gestão e representação**

(1) A empresa tem um ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). O número de administradores executivos é determinado pela assembleia geral de acionistas. A assembleia geral de acionistas pode nomear um presidente do conselho de administração. Se for nomeado apenas um diretor-geral, este representa sempre apenas a empresa. Se for nomeado mais do que um diretor-geral, a empresa será representada por dois diretores-gerais agindo em conjunto ou por um diretor-geral agindo em conjunto com um detentor de uma procuração geral (*Prokurist*). A disposição anterior aplica-se igualmente aos liquidatários.

(2) Os diretores-gerais são nomeados e destituídos por deliberação dos acionistas.

(3) Em caso de celebração, alteração ou rescisão de contratos de prestação de serviços, a empresa é representada pela assembleia geral.

(4) A assembleia de acionistas elaborará um regulamento interno para o conselho de administração. O regulamento interno pode, *nomeadamente*, o tipo de operações que só podem ser efectuadas com o consentimento prévio da assembleia geral.

## **§ 7 Assembleias de acionistas e deliberações dos acionistas**

- (1) As deliberações dos acionistas serão tomadas nas assembleias de acionistas, que também podem ser realizadas por telefone ou videoconferência, ou fora das assembleias de acionistas - desde que todos os acionistas participem - através de votos expressos por escrito, por telefone ou por meios electrónicos. As assembleias podem ser convocadas sem quaisquer requisitos formais especiais e podem, nomeadamente, ser convocadas verbalmente ou por telefone.
- (2) As deliberações dos acionistas serão adoptadas por maioria simples dos votos expressos, salvo se uma maioria mais elevada for exigida por lei ou pelos presentes estatutos.
- (3) Cada 1 euro do montante principal de uma ação confere um voto.
- (4) A assembleia de acionistas tem quórum se estiverem presentes ou representados na assembleia acionistas que detenham a maioria do capital social da empresa.
- (5) Os acionistas que não possam estar presentes na assembleia podem fazer-se representar por uma procuração em forma de texto.
- (6) As assembleias de acionistas são convocadas pela administração quando a lei ou os estatutos o exijam ou quando a convocação se revele necessária no interesse da sociedade por qualquer outro motivo, estando cada administrador delegado individualmente autorizado a convocar a assembleia. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As reuniões podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone ou meios electrónicos. Por decisão da administração, as assembleias de acionistas podem ser realizadas em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro.
- (7) As deliberações aprovadas sem requisitos formais especiais serão documentadas para registo; nessa ata devem ser especificados o dia e a forma da aprovação da deliberação, o seu conteúdo e os votos expressos. A ata deve ser assinada pelos acionistas. As deliberações tomadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser aprovadas por escrito. Todas as actas e resoluções aprovadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser assinadas utilizando, pelo menos, uma assinatura eletrónica não qualificada (por exemplo, DocuSign ou Namirial). Estes requisitos de forma não se aplicam a resoluções notariais.

## **§ 8 Demonstrações financeiras anuais**

- (1) A direção deve elaborar as demonstrações financeiras anuais (balanço, demonstração de resultados, notas) e, se exigido por lei, o relatório de gestão dentro do prazo legalmente estabelecido e apresentá-los à assembleia de acionistas imediatamente após a sua elaboração para efeitos de adoção. Se as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão (caso seja necessário elaborar um tal relatório) forem auditados por um auditor, os administradores submeterão estes documentos, juntamente com o relatório do auditor, à assembleia de acionistas, sem demora injustificada após a receção do relatório de auditoria do auditor.

(2) A assembleia de acionistas delibera todos os anos, no prazo definido por lei, nomeadamente, sobre a adoção das contas anuais e a aplicação de eventuais lucros ou prejuízos.

## **§ 9 Publicações**

As publicações da Empresa serão efectuadas exclusivamente no *Bundesanzeiger* (Diário da República Federal da *Alemanha*).

## **§ 10 Divisibilidade**

Se alguma das disposições dos presentes estatutos for ou se tornar inválida, no todo ou em parte, tal não afectará a validade das restantes disposições dos mesmos.

O mesmo se aplica quando as disposições individuais são impraticáveis. Para substituir uma disposição inválida ou impraticável ou uma parte inválida ou impraticável de uma disposição, a assembleia de acionistas acordará em disposições válidas ou praticáveis, respetivamente, que reflectam a intenção e o objetivo e, em especial, a substância económica da disposição que deve ser substituída.

## **§ 11 Disposições finais**

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, foram suportadas pela sociedade.

Certifico que os dados de imagem contidos neste ficheiro (cópia) correspondem ao documento em papel (original) que me foi apresentado.

Munique, 25 de julho de 2024

Sebastian Herrler, Notário Público